

Gallimard, 1960.

**SCHLEICHER, Harry.** Das System der betrieblichen Selbstverwaltung in Jugoslawien. Berlin, 1961.

**TROTZKI, Mein Leben.** Berlin, 1929.

**WALDMANN, Eric.** Der Aufstand von 1919 und die Krise der deutschen sozialistischen Bewegung. Boppard, 1967.

## A "ESCOLA FRANCESA" OU "ESCOLA DOS ANNALES"

José Alves de SOUZA JÚNIOR

Departamento de História e Antropologia da UFPA.

**RESUMO:** A evolução recente da Ciência Histórica tem se constituído em tema constante nas discussões acadêmicas, a nível nacional e internacional. O objetivo do presente trabalho é fazer um sintético histórico dessa evolução, detendo-se, de forma mais detalhada, na apresentação da proposta historiográfica feita pela Escola dos Annales, ou seja, a "Nova História" ou "História das Mentalidades".

**PALAVRAS-CHAVE:** Historiografia, História Episódica, Historicismo Idealista Alemão, Escola dos Annales, História das Mentalidades.

## "FRENCH SCHOOL" OR "ANNALES SCHOOL"

**ABSTRACT:** The recent evolution of Historical Science has been constantly a theme in the academic discussions both in Brazil and abroad. The aim of the present paper is to synthesize the history of this evolution, focusing in detail the historiographic proposal made by the Annales School, that is, the "New History or the History of Mentalities".

**KEY WORDS:** Historiography, Episodic History, German Idealist Historicism, Annales School, History of Mentalities.

## 1 A HERANÇA HISTORIOGRÁFICA DO SÉCULO XIX

O "Nacionalismo", ideologia imperante no século XIX na Europa e que impulsionou os processos de formação dos Estados nacionais - como servem de exemplo a Unificação da Itália e da Alemanha - deu uma nova dimensão ao papel do historiador na sociedade, visto que o seu objeto de estudo, o "passado", desempenhava um papel de primeira ordem. Poder-se-ia dizer que o século XIX foi o século dos historiadores. Para exemplificar isto basta mencionar Augusto Thierry, Thiers, Michelet, se nos restringirmos apenas aos franceses. O historiador era parte indispensável da vida nacional, pois sendo o único capaz de reconstituir o passado da nação, tornava-se uma figura "de ponta" da sociedade e da vida intelectual.

Como herança do século XIX, recebemos duas concepções de história, que ainda predominam, de algum modo, na produção historiográfica: a "história positivista episódica", e o "historicismo idealista alemão".

A concepção positivista da história, denominada por Henri Berr de "história historicizante", dominou o panorama da historiografia até o começo deste século e ainda continua dominando hoje em algumas regiões. O historiador positivista concentra suas atenções no "fato singular" ou "acontecimento", considerado por ele irrepitível e individual, considerando-o como o agente criador da mudança. Por esse motivo, encara os acontecimentos como sendo os "fatos históricos" em si, cabendo-lhe a tarefa de recolhê-los todos nos documentos, onde acredita encontrá-los de forma latente, transparente, coordená-los numa cadeia linear de causalidade e

efeito, sendo isto para ele a síntese ou a apresentação dos fatos estudados. Segundo FEBVRE, (1977, p. 177).

"os historiadores episódicos pensam que os fatos são dados à história como realidades substanciais, que o tempo enterrou mais ou menos profundamente, e que se trata simplesmente de desenterrar, de limpar, de apresentar sob uma luz intensa aos vossos contemporâneos".

A "história historicizante", embora não pareça possuir uma teoria explicativa ou hipótese de trabalho definidas, baseia-se numa concepção transcendente de história para estabelecer critérios de definição de um fato como histórico, sendo isto o que lhe permite fazer uma história factual, saltando de "fato singular" em "fato singular", e compor um texto ordenado desses fatos. A postura do historiador positivista diante dos fatos caracteriza-se pela "imparcialidade" ou "objetividade", já que a sua principal tarefa é apresentá-los da forma como são recolhidos nos documentos, e não explicá-los. François Furet, em artigo publicado nos Annales e intitulado "A história quantitativa e a construção do fato histórico", demonstra que essa "imparcialidade" ou "objetividade" do historiador positivista evidencia-se na crença de que "como o acontecimento - irrupção súbita do único e do novo na cadeia do tempo - não pode ser comparado com nenhum antecedente, o único modo de integrá-lo à história consiste em atribuir-lhe um sentido teleológico: se ele não tem passado terá um futuro. E como a história se desenvolveu, desde o século XIX, como um modo de interiorização e conceitualização do sentimento do progresso, o "acontecimento" indica, quase sempre, a etapa de um advento político ou filosófico: República, democracia, razão..."

Contra essa concepção linear da história, FEB

VRE (1977, p. 71), reivindicava:

"Que os historiadores nunca se façam colecionadores de fatos, ao acaso, como dantes se fazia pesquisadores de livros nos cais. Que nos dêem uma História não automática, mas sim problemática. Assim trarão os mais ricos elementos de solução aos problemas que preocupam os homens do seu tempo".

A "imparcialidade" ou "objetividade" do historiador, diante dos fatos preconizada pela concepção positivista da história, significa não-interferência, assim como não-discriminação no trabalho de recolha e apresentação dos mesmos. "Dessas duas, a não-discriminação, abstenção de louvor e de reprovação, era obviamente muito mais fácil de atingir do que a não-interferência; toda escolha de material em certo sentido interfere com a História, e todos os critérios para escolha dispõem o curso histórico dos eventos sob certas condições artificiais, que são muito similares às condições prescritas pelo cientista natural a processos naturais no experimento. O problema da "objetividade" científica, tal como foi colocado no século XIX, devia-se à auto-incompreensão histórica e à confusão filosófica em tão larga medida que se tornou difícil reconhecer o verdadeiro problema em jogo, o problema da imparcialidade, de fato decisivo não somente para a "Ciência Histórica" como para toda a historiografia oriunda da poesia e do contar histórias" (ARENDETT, 1972, p. 80-81).

Na verdade, a pretensa "imparcialidade" do historiador positivista reveste-se de uma manipulação tendenciosa dos "fatos históricos", pois manifesta seu auto-interesse ao apresentá-los, já que o desprendimento pode ser ainda uma virtude religiosa ou moral; dificilmente será uma virtude políti-

ca. Sob essas condições, a "objetividade" perdeu sua validade na experiência, divorciou-se da vida real e se tornou estéril questão acadêmica que Droysen corretamente denunciou como eunuca.

Outro legado deixado pelo século XIX para a historiografia, foi o "historicismo idealista alemão", fundamentado na filosofia hegeliana, que faz uma distinção restrita entre "história" e "ciência" e considera a "intuição" como forma privilegiada de entendimento do passado. Essa corrente se caracteriza fundamentalmente pelo "subjetivismo relativista", na medida em que considera impossível a realização de uma história objetiva e científica, já que o historiador, ao analisar os fatos históricos, não consegue se libertar dos seus valores, de seus sentimentos, ou seja, da sua subjetividade.

O "historicismo alemão" estabelece uma dicotomia entre o "mundo da natureza", constituído por elementos concretos, precisos, e o "mundo da história", formado por elementos mutantes, fugidios, não concebendo a possibilidade de aplicação aos estudos históricos - cujo caráter é "idiográfico", isto é, assentado no particular - das abstrações e classificações a que se dedicam as ciências naturais, que têm um caráter nomotético. Esse idealismo histórico se propunha a traçar a história do espírito humano, a partir das realizações individuais do homem, objetivação da sua razão.

"A posição idealista do historicismo, sua negação da possibilidade de estabelecer leis, seu relativismo cujo resultado é rejeitar a intersubjetividade sem a qual não há ciência possível, são fatores que se contrapõem a qualquer tentativa de síntese explicativa com pretensões científicas" (CARDOSO, & BRIGNOLLI, 1979, p. 428).

O desenvolvimento dessas duas tendências, tão diferenciadas entre si, levaram-nas a convergir e a serem usadas simultaneamente por um certo tipo de historiadores, que usavam regras positivistas numa primeira fase da pesquisa voltada para a crítica e seleção dos documentos e, numa segunda fase, constituída pela interpretação e pela elaboração da síntese ou apresentação da pesquisa por escrito, faziam uso da "intuição" subjetivista do "historicismo idealista". O resultado dessa "simbiose" entre as duas tendências mostra-se incoerente do ponto de vista epistemológico.

## 2 A "ESCOLA DOS ANNALES" E A "NOVA HISTÓRIA"

São antigas as discussões a respeito de como conceber a História e de qual o seu papel entre as chamadas "ciências do homem". Em 1911, Henri Berr, no prefácio do seu ensaio crítico e teórico sobre "A Síntese em História", tinha a coragem clarividente de escrever: "Afirma-se que é por a história ser demasiado científica que não está em contato com a vida; estou convencido de que é, ao contrário, por não o ser suficientemente". (FEBVRE, 1977, p. ). Essa afirmação constituía-se numa das primeiras críticas consistentes contra a "história episódica positivista" ou a "História da superficialidade", de duvidoso caráter científico.

No século XIX, outros historiadores chamaram a atenção para o perigo de se produzir uma história acientífica, de homens-personagens, como por exemplo:

- "Ocupar-nos-emos simultaneamente do homem individual, e isto é a filosofia - e do es

tudo do homem social, e será a história". MICHELET, Curso da Escola Normal, 1829, citado por G. Monod, La Vie et al Pensée de Jules Michelet, tomo I, p. 127. (BLOCH, 1974, p. 178).

- "A história não é a acumulação de acontecimentos de toda a natureza que se verificaram no passado. É a ciência das sociedades humanas". FUSTEL de Coulanges, lição de abertura de 1862, na Revue de Synthèse Historique, tomo II, 1901, p. 243. (BLOCH, 1974, p. 178).

Um dos marcos decisivos na evolução recente da ciência da história foi a fundação dos "ANNALES: Economics, Sociétés, Civilisation?", em 1929, por Marc BLOCH e Lucien FEBVRE, revista que se tornou um ponto de encontro e de debates entre historiadores e cientistas sociais, em geral.

Propondo a prática de uma "história total", esses historiadores passaram a combater a concepção positivista da história herdada do século XIX, segundo a qual os acontecimentos e os seus personagens constituíam o pano de fundo para os estudos históricos. Criticando essa "história da superficialidade", de fatos políticos, diplomáticos e militares, os historiadores do Annales passaram a propor uma história que pretenda apreender não o homem, mas as sociedades humanas, os grupos organizados. Para BLOCH, (1974, p. 28) "o bom historiador, esse assemelha-se ao monstro da lenda. Onde farejar carne humana é que está sua caça".

Ao escolher o termo "social" para denominar a nova história, os historiadores dos Annales procuraram demonstrar que o epíteto "social" significa a apreensão da história do homem na sua totalidade, ou seja, o homem entendido no seio dos grupos de que faz parte;

"uma história que não se interessa por não sei que homem abstrato, eterno, de fundo imutável e perpetuamente idêntico a si mesmo, mas pelos homens sempre tomados no quadro das sociedades de que são membros, pelos membros dessas sociedades numa época bem determinada do seu desenvolvimento, pelos homens dotados de funções múltiplas, de atividades diversas, de preocupações e de aptidões variadas, que se mesclam todas, se chocam, se contrariam e acabam por concluir entre si uma paz de compromisso, um "modus vivendi" que se chama vida" (FEVRE, 1977, p. 41).

Talvez o termo "escola" não seja perfeitamente adequado para denominar os Annales, pois seus historiadores não propõem soluções teóricas para problemas substanciais; a sua principal preocupação é com a prática da história, com as questões metodológicas relativas a sua produção. Sua proposta de uma "história social" como síntese do todo da sociedade humana está vinculada à sua grande apreensão quanto a tendência atomizante dos atuais estudos históricos que compartimentou a história em várias especialidades: história econômica, história demográfica, história política, e à sua recusa em aceitar, essa divisão da história em especialidades independentes, tal como faz a corrente de economistas-historiadores anglo-saxões denominada "New Economic History", que estabelece uma separação entre a história econômica e a história global.

A "nova história" ou à história social como síntese, caberia a tarefa de integrar os resultados da história demográfica, da história econômica, da história do poder, da história das mentalidades, captando o homem na Totalidade de sua vida social, percebendo-o como individualidade inexistente se não estiver integrado num coletivo, onde desenvolve vários níveis de relações na reprodução de sua vida material. É a história desse homem coletivo que de-

ve ser resgatada;

"História Ciência do homem, ciência do passado humano. E não, de modo nenhum, ciência das coisas ou dos conceitos. As idéias, fora dos homens que as professam?" (FEVRE, 1977, p. 30).

A mola propulsora da evolução recente da história foi o contato com as demais ciências do homem. Essa interdisciplinaridade possibilitou à história ampliar as suas técnicas e métodos de pesquisa, na medida em que passou a utilizar métodos e técnicas importadas das outras Ciências Sociais, como também estas contribuíram para a formulação de um novo vocabulário e de uma nova problemática histórica.

As contribuições fornecidas à história pela economia, sociologia, antropologia, psicologia, linguística, foram fundamentais para tornar realidade a produção de uma "história social" ou "total".

De acordo com LEGOFF, (1982), historiador ligado aos Annales,, o fato fundamental para o nascimento de uma história diferente foi o querer fazer ao mesmo tempo uma história científica, mas de massas, ou seja, quantitativa. O emprego da quantificação sistemática na pesquisa histórica provocou um profundo abalo na concepção tradicional da história, visto que retirou o fato singular do centro das atenções do historiador; este passaria a se interessar pela análise dos ciclos de grande ou breve duração da vida econômica, seus efeitos sociais ou outros; a possibilidade oferecida pelos métodos e técnicas estatístico-matemáticas da quantificação sistemática ao historiador de organizar um amplo conjunto de dados em curvas e séries estatísticas, permitiram-lhe superar o "acontecimento" e alcançar as flutuações conjunturais de duração variáveis, co-

mo também o próprio nível das estruturas, que mudam lentamente.

O uso do conceito de "estruturas" por parte dos historiadores resultou, inegavelmente, da influência do Estruturalismo de Lévi-Strauss, para quem a noção de estrutura social não se refere a realidade empírica, mas aos modelos construídos em conformidade com esta. Assim, na concepção lévi-straussiana, aparece a diferença entre duas noções tão vizinhas que foram confundidas muitas vezes: a de estrutura social e a de relações sociais. Lévi-Strauss considerava que as relações sociais são a matéria-prima empregada para a construção dos modelos que tornam manifesta a própria estrutura social. Embora seja indiscutível a grande influência do Estruturalismo lévi-straussiano sobre a noção de "estruturas" utilizada pelo historiador, ele não a utiliza no mesmo sentido, ou seja, o de acentuar o conceito de "invariância" das estruturas e os fatos externos da evolução delas; a noção de "estruturas" de que se serve o historiador, como objeto explicativo da história, é de uma estrutura dinâmica.

As análises estruturais desenvolvidas pela "nova história" fez desmoronar a crença herdada do século XIX, de que em cada período e sociedade os diferentes níveis ou elementos, pelo menos a grosso modo, evoluem simultaneamente a um ritmo idêntico. Fernand Braudel foi um dos primeiros historiadores a captar e a sintetizar as implicações da evolução da história na direção dos estudos das estruturas e propôs num artigo, "A Longa Duração", publicado nos *Annales*, como sistema explicativo, o de que existem ritmos diversos na evolução histórica e que são as relações e os defasamentos entre estes ritmos diversos de evolução que fazem a história; esta ex-

plica-se com a relação entre as durações e os ritmos; o estudo das estruturas para Braudel, colocava o problema do tempo, da duração da história, numa outra dimensão, ao distinguir três níveis na evolução da sociedade humana: o dos acontecimentos, que se move a curto prazo e sobre o qual se concentra a história episódica; o dos ciclos conjunturais, que se move em ritmo mais lento, embora muito variável; e, por último, o das estruturas, de longa duração, sobre o qual se produz a história do profundo ou que, segundo Henri-Irénée-Marrou, permite "apreender o passado do homem em sua totalidade, em toda a sua complexidade e completa riqueza" (CARDOSO & BRIGNOLLI, 1979, p. 28).

Tem sido muito frequente no quadro das pesquisas referentes à história econômica, o uso da noção de "estrutura" em oposição ao conceito de "conjuntura" ou "movimento". "Mas, estrutura e movimento - ou conjuntura - são conceitos estreitamente vinculados. As diferentes configurações estruturais pressupõem conjunturas diferenciais, características dos distintos sistemas; e o efeito cumulativo das variações conjunturais pode produzir mudanças estruturais, quer dizer, pode conduzir a novos estados de equilíbrio relativo qualitativamente diferentes" (CARDOSO & BRIGNOLLI, 1979, p. 58). Essa afirmação requer uma exemplificação para que possa ser entendida mais claramente: O conjunto de crises conjunturais que se abateram sobre a estrutura sócio-econômica da Rússia Czarista entre os séculos XVI e XX, explicam o processo revolucionário bolchevique, que representou o estabelecimento de um novo estado de equilíbrio entre os vários níveis da sociedade.

Além de propor uma "história social" como síntese, que lance mão dos métodos e técnicas quan-

titativas que lhe permitam analisar as "estruturas" ou períodos de longa duração, a "nova história" caracteriza-se também, metodologicamente, por uma acentuada prudência quanto ao valor da documentação disponível, utilizando-a a partir do emprego constante do método crítico.

O momento decisivo na história do método crítico foi a publicação de "De Re Diplomatica", do abade Mabillon, em 1681, que instituiu definitivamente a crítica dos documentos de arquivo. BLOCH (1974) afirmava que a publicação desse tratado, talvez fosse a data mais importante da história. A passagem da "dúvida empírica" (a crítica de simples bom senso) para, na expressão de Volney, a "dúvida examinadora", representou um momento decisivo na evolução da crítica aos documentos históricos, pois a "dúvida examinadora" possibilitou a gradativa elaboração das regras objetivas que permitem distinguir entre a mentira e a verdade. Embora a detecção da veracidade do documento histórico tenha a sua importância, o historiador não deve limitar a aplicação do método crítico a sua constatação. Um dos aspectos mais importantes da evolução do método crítico foi ter conseguido, sem modificar os seus primeiros princípios, continuar a orientar a investigação no sentido de um alargamento, ou seja, da possibilidade de extorquir dos documentos os esclarecimentos que eles não pretendiam fornecer; isto é demonstrado, de uma maneira precisa, por FEBVRE (1977, p. 24) quando afirma: "O essencial do trabalho do historiador consiste em criar, por assim dizer, os objetos da sua observação, com o auxílio de técnicas muitas vezes bastantes complicadas. E, uma vez adquiridos esses objetos, "ler" os seus cortes e as suas preparações. Tarefa singularmente árdua; porque descrever o que se vê, ainda

vai; o difícil é ver o que é preciso descrever". A posição do historiador ante o documento falso não deve ser de desprezo; a crítica deve ser conduzida no sentido de procurar, atrás da impostura, o impostor; quer dizer, conforme à própria divisa da história, o homem. Exemplificando isso, LE GOFF (1982) chama a atenção para o fato de que se um documento atribuído ao século IX foi realmente produzido no século XII, ele é falso para o século IX, mas estritamente verdadeiro para o século XII e, através de sua análise, o historiador pode desvendar o homem desse século.

Dos períodos da história, aquele onde a fraude documental constituiu-se numa verdadeira epidemia coletiva foi a Idade Média, sobretudo do século VIII ao XII; a falsificação dos diplomas, dos decretos pontifícios, das capitulares atendiam interesses os mais diversos: justificação do direito de propriedade da Igreja, legitimação da supremacia do poder eclesiástico sobre o poder temporal; etc... Um exemplo clássico disso foi o célebre documento da "doação de Constantino" evocado pelo Papa Estevão II para descaracterizar o caráter de concessão e evidenciar o direito de propriedade da Igreja sobre os territórios da Itália Central, conquistados aos Lombardos e doados à ela por Pepino, o Breve, rei dos Francos, e que vieram a se constituir nas origens do "Patrimônio de São Pedro".

Outra preocupação metodológica apresentada pela "Escola dos Annales" é a de construir formulações teóricas como resultado da síntese de um grande número de estudos de casos e não apresentá-las como um dado "a priori". Criticando o método utilizado pela "New Economic History" que, baseado na "econometria retrospectiva", procura reconstruir a história econômica de sociedades historicamente an-

teriores a partir de modelos desenvolvidos pela teoria econômica atual, os Annales defendem a necessidade de respeitar a especificidade das diferentes sociedades e de formular teorias diferenciais que correspondam a essa especificidade. A construção teórica desenvolvida durante o trabalho de pesquisa faz com que a história seja escolhida. "O historiador não vagueia ao acaso pelo passado, como um trapeiro à procura de aços, mas parte com uma intenção precisa, um problema a resolver, uma hipótese de trabalho a verificar" (FEBVRE, 1977, p. 24). A necessidade de definição por parte do historiador de uma teoria explicativa e de hipóteses de trabalho foi intensificada pelo emprego da quantificação sistemática na pesquisa histórica e pela consciência de que o trabalho cientificamente conduzido implica em por problemas e formular hipóteses.

Para os Annales, ainda em termos metodológicos, uma das formas mais eficazes de garantir o respeito pelo historiador à especificidade de cada sociedade é o emprego do "método comparativo"; apesar de atualmente ser um dos pontos mais em crise da investigação, na medida em que a história positivista o empregou de uma maneira mecânica, procurando através dele fazer coincidir brutalmente, no calendário das sociedades, o conjunto ou partes de uma sociedade diversa.

Na opinião de LE GOFF (1982, p. 95), o método comparativo funcionou, verdadeiramente, no caso de Georges Dumézil. "Este estudioso permitia fundamentar os estudos comparativísticos em bases verdadeiramente científicas". Dumézil demonstrou, utilizando cientificamente o método comparativo, que numa vasta zona cultural, grande parte da Ásia e da Europa, houve, num certo ponto da história, estru-

ras mentais simples, visto que esse mundo indo-europeu teve historicamente um centro geográfico que estava localizado na Ásia, nas regiões da Índia e do Irã de onde partiu uma difusão dessas estruturas mentais... em suma, aquilo que é comum à cultura indo-européia não é esta ou aquela instituição, e sim um certo número de funções mentais, um certo número de quadros que se agrupam no "sagrado", na "fecundidade". Um dos importantes trabalhos desenvolvidos, com base no esquema proposto por Dumézil, é o de Georges Duby sobre as três ordens medievais, intitulado "Guerreiros e Camponeses: os primórdios do crescimento econômico europeu - séc. VII - XII". Foi reconhecido que este esquema tinha aparecido no Ocidente no decurso da Idade Média e tinha sido importante para a constituição de certos esquemas ideológicos que depois se concretizaram em instituições entre as quais a mais célebre é a que em França foi chamada Estados Gerais, constituída pelos representantes dos três estamentos da sociedade francesa: o clero (sagrado), a nobreza (força) e a burguesia (fecundidade). de acordo com LE GOFF (1982, p. 97) "praticamente em todos os países do mundo europeu, estas três ordens valem como imagem da sociedade e isso explica um certo número de fenômenos essenciais a nível social, político e cultural deste Ocidente Europeu. Porque, talvez já se tenha dito antes, há que não esquecer que as três funções "sagrado", "força" e "fecundidade" são, nas sociedades históricas, a religião, o poder e a economia".

A grande legitimidade do comparativismo proposto por Dumézil está no fato de ser um "comparativismo genealógico", que se concretiza no não querer demonstrar o indemonstrável com aplicações forçadas em sociedades que distam dezenas e dezenas de

milhares de quilômetros. Servindo-nos de exemplo, o comparativismo empregado por Dumézil nos alerta da impossibilidade de utilizá-lo como uma "camisa de força", analisando sociedades historicamente específicas a partir de modelos teóricos aprioristicamente formulados.

### 3 A "HISTÓRIA DAS MENTALIDADES"

Nos últimos anos, os historiadores ligados a "Escola dos Annales" passaram a demonstrar especial interesse pelos indicadores culturais das sociedades históricas, pelas atitudes mentais dos homens que a compõem, procurando produzir uma "história das mentalidades" ou do cotidiano. Inversamente a algumas correntes da historiografia marxista, que mecanizaram as formulações teóricas de Marx e Engels sobre as relações entre a base e a superestrutura da sociedade, fazendo depender, de uma maneira determinista, aspectos da história como os da mentalidade e da cultura, de uma visão - fundamental para eles, mas efetivamente sumária - de tipo economicista, os Annales procuram resgatar o caráter dialético das relações entre a base e a superestrutura, exposto de forma bastante clara por Engels numa carta a Starkenburg, onde afirma:

"O desenvolvimento político, jurídico, filosófico, religioso, literário, artístico, etc., apoia-se no desenvolvimento econômico. Mas todos eles, também repercutem uns sobre os outros e sobre sua base econômica. Não é que a situação econômica seja a causa, o único ativo, e tudo o mais efeitos puramente passivos. Há um jogo de ações e reações, com base na necessidade econômica, que se impõe sempre em "última instância". ENGELS, F., Carta

Starkenburg. (CARDOSO & BRIGNOLLI, 1979, p. 428).

Desse modo, os Annales restituem à análise marxista uma das principais categorias do Materialismo Histórico: a de que as várias instâncias que constituem uma formação social gozam de uma "autonomia relativa", não podendo ser deduzidas simplesmente da base econômica, ou reduzirem-se a esta, pois têm sua própria evolução baseada em leis específicas e que se realiza em ritmo próprio.

São numerosas as opiniões que colocam a historiografia dos Annales em oposição ao Marxismo. Apesar disso, há uma grande afinidade entre os princípios metodológicos utilizados por ambos, tais como: a concepção da história como totalidade: o reconhecimento do econômico como determinante em "última instância"; a crença numa história dialética, desenvolvida a partir da análise das estruturas, de períodos de longa duração; o reconhecimento da necessidade da interdisciplinaridade nas pesquisas históricas; a preocupação em respeitar a especificidade e a diferença de ritmos da evolução dos distintos níveis das estruturas histórico-sociais globais; a crença de que as leis econômicas somente são válidas no contexto da época ou sistema para que foram formuladas; a aceitação da "luta de classes" como única explicação histórica válida, pois a estrutura de toda e qualquer sociedade depende em grande parte da dinâmica, interna à própria sociedade, das classes sociais e das relações que se verificam entre elas.

A produção de uma "história das mentalidades" ou do cotidiano, segundo os Annales, leva o historiador à prática de uma Antropologia Histórica, ou seja, de uma história que procura conservar a lição

da longa duração, revalorando no entanto o acontecimento.

A maioria dos trabalhos produzidos com base na "nova história" têm se concentrado nos estudos medievalísticos, onde gerou o maior número de mudanças na metodologia historiográfica. Isso se deve ao fato de que existem períodos da história que parecem feitos de propósito para a antropologia: um desses foi a Idade Média, cuja história parece ter sido percebida a um alto nível pelos homens da época e concedia muito, quer à vida material, quer à simbólica; não são essas duas esferas os eixos centrais das análises antropológicas?

"A história da Idade Média parece evocar a necessidade da prática da antropologia histórica, pois é uma "história de longa duração, mas que é ao mesmo tempo história de mundanças, que têm no entanto, por sua vez, tempo longo" (LE GOFF, 1982, p. 64).

Outro fator que torna a Idade Média suscetível a uma antropologia histórica, é o tipo de documentação que o historiador tem à sua disposição. Embora exista em relação ao período medieval um número suficiente de documentos, esses não são demasiados. Para compensar essas faltas, o historiador é de algum modo obrigado a estudar fenômenos que não se exprimem através do acontecimental.

Os comportamentos e costumes medievais constituíram um autêntico código consuetudinário, possibilitando, através deles, indentificar as categorias sociais e sócio-profissionais presentes no período. Dois exemplos disso são clássicos: o consumo de caça era, na Idade Média, privilégio de uma aristocracia de nascimento, sendo proibido às classes mais humildes da sociedade; o uso do cavalo pelo camponês medieval limitava-se exclusivamente a

fins econômicos, enquanto que como meio de transporte ou como meio para uma atividade como a guerra só era usável pelos estratos superiores da sociedade. Dessa maneira, de acordo com LE GOFF (1982, p. 67), "para compreender a Idade Média em profundidade é indispensável este tipo de história entre o material e o simbólico. A própria natureza se presta a este tipo de pesquisa. Tudo é codificado e tudo está em equilíbrio entre o documento entendido como texto escrito de tipo acontecimental e o documento a interpretar simbolicamente, como faz a antropologia"

Um dos primeiros trabalhos de antropologia histórica foi "Os Reis Taumaturgos", (escrito em 1924, por Marc BLOCH). Embora viesse desenvolvendo seus trabalhos ligados a uma história do tipo tradicional, ao tentar analisar as crenças populares que atribuíam poderes milagrosos e curativos aos soberanos "ungidos por Deus", um dos fenômenos mais fascinantes da Idade Média, BLOCH dá-se conta da exigência de recorrer à antropologia; no mesmo ano de 1924, Lucien FEBVRE escreveu a biografia de Lutero, combinando a análise de uma personalidade com a das grandes pressões, imposições e rejeições de um meio afetivo; outra contribuição importante para a "história das mentalidades" coletivas foi o excelente estudo de Georges Le febre sobre a histeria coletiva que se manifestou na França em 1789, no período imediatamente pós-revolucionário. Todos esses trabalhos, provavelmente, foram estimulados pela publicação, nos últimos anos do século XIX e nos primeiros anos do nosso século, de uma quantidade razoável de obras relativas ao comportamento coletivo, às forças irracionais na história, à histeria coletiva, atribuídas a uma gama de autores como Gustave Le Bon, Graham Willian MacDougall,

Whilhelm Reich, etc...; desde 1900, que Henri Berr, um dos precursores da "nova história", chamava a atenção para a grande importância da psicologia social para a síntese histórica. Comprovação disso foi a influência decisiva exercida sobre Lucien Febvre pelos trabalhos dos psicólogos Charles Blondel e Henri Wallon.

A inegável contribuição da psicologia para a "história das mentalidades" assumiu uma dimensão maior na medida em que a historiografia passou a utilizar os resultados das pesquisas empíricas da psicologia social norte-americana, a se interessar por vários aspectos da história contemporânea, em cuja explicação a psicologia coletiva desempenha obrigatoriamente um papel de destaque, como por exemplo o fascismo, o anti-semitismo, os problemas raciais norte-americanos, e ao fazer uso da computação, que lhe permitiu ampliar o emprego da quantificação sistemática, mediante - por exemplo - a aplicação das técnicas da lexicologia e da semântica quantitativas, e as desenvolvidas para a análise de séries iconográficas. Embora não tenha oferecido ao historiador um conjunto de técnicas, de instrumentos de trabalho, a psicologia permitiu-lhe colocar questões de novo tipo, ou seja, a colocação de uma nova problemática. A psicologia ofereceu à "nova história" a possibilidade de trabalhar os chamados "silêncios da história" ou o que De Certeau chamava de "inconsciente da história". O estudo dos "silêncios da história" é um dos contributos mais interessantes a trazer à epistemologia da história, pois implica na colocação de uma nova problemática que, para ser resolvida satisfatoriamente, exige o uso de conceitos psicanalíticos como inconsciente, recalamento, etc., já que todo sistema histórico tem os seus "recalamentos orgânicos", os seus si-

lêncios ligados à sua própria estrutura.

Um exemplo disso, segundo LE GOFF, (1982, p. 99) foi a Idade Média: "O funcionamento do sistema feudal determinou o estabelecimento do silêncio sobre o corpo; De início verificou-se uma fase ascética que, note bem, não assistiu a um verdadeiro silêncio do corpo, mas sim a um determinado uso do próprio corpo. Tratou-se de um modo confuso de negá-lo, A esta fase sucedeu-se pouco a pouco uma representação silenciosa".

A "história das mentalidades", proposta metodológica da "Escola dos Annales", faz parte de algo mais amplo: uma nova concepção de história, que identifica os Annales e o Marxismo, e que se fundamenta na "história social" como síntese ou na "história total". Como conclusão deste trabalho, registraremos duas observações de dois grandes representantes da "nova história":

"A história que é toda ela social, por definição. A história que considero o estudo cientificamente conduzido, das diversas atividades e das diversas criações dos homens de outrora, tomados na sua data, no quadro de sociedades extremamente variadas e contudo comparáveis uma com as outras, com as que encheram a superfície da terra e a sucessão das épocas" (FEBVRE, 1977, p. 40).

"A história total não consiste na tarefa impossível de "dizer tudo sobre tudo", mas "soamente em dizer aquilo de que o todo depende e aquilo que depende do todo" (VILLAR, 1976).

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARENDE, Hanna. O conceito de história; antigo e moderno. São Paulo, Perspectiva, 1972.
- BLOCH, Marc. Introdução à História. 2. ed. Lisboa, Europa - América, 1974. (Coleção Saber).
- CARDOSO, Ciro F & BRIGNOLLI, Hector P. Métodos da história. Rio de Janeiro, Graal, 1979.
- \_\_\_\_\_. Perspectivas de la historiografía contemporánea. México, Secretaria de Educación, 1976.
- FEBVRE, Lucien. Combates pela história I. Lisboa, Presença, (Biblioteca de Ciências Humanas).
- LE GOFF, Jacques. Reflexões sobre a história. Lisboa, Edições 70, 1982.
- LE GOFF, Jacques et al. A Nova história. Lisboa, Edições 70, 1979. (Coleção Lugar na História).
- VILLAR, Pierre. História marxista, história em contrução; ensaio de dialogo con Alfhusser. In: **CARDOSO, Ciro F. & BRIGNOLLI, Hector P.** Perspectivas de la historiografía contemporánea. México, Secretaria de Educación, 1976.

## PAJELANÇA E DOENÇA MENTAL\*

Uma discussão em torno das relações entre xamanismo e psicopatologia.

Raymundo Heraldo MAUÉS  
Núcleo de Altos Estudos Amazônicos e Departamento de História e Antropologia da UFPA.

**RESUMO:** A partir dos dados empíricos de uma pesquisa de campo antropológica no interior da Amazônia, o presente trabalho discute a questão do xamanismo e da possessão em relação às concepções sobre doença mental. Toma a "pajelança cabocla" como exemplo de manifestação xamanística.

**PALAVRAS-CHAVE:** Xamanismo, Possessão, Pajelança, Caboclo, Amazônia, Doença Mental, Encantados.

**"PAJELANÇA" AND MENTAL ILLNESS: AN EXAMEN OF THE TOPIC OF SHAMANISM IN CONNECTION WITH PSYCHOPATHOLOGY.**

**ABSTRACT:** This study results from anthropological fieldwork within an area of rural Brazilian Amazon. It examines the topics of shamanism and possession in connection with meanings about mental illness. In this case "pajelança cabocla" is assumed to be an example of shamanistic display:

**KEY WORDS:** Shamanism, Possession, "Pajelança", "Caboclo", Brazilian, Amazon, Mental Illness, "Encantados".

\* Trabalho apresentado no I SIMPÓSIO DE SAÚDE MENTAL DA AMAZÔNIA, realizado em Santarém, de 8 a 10 de agosto de 1985. Mesa redonda "Magia e Saúde Mental".